

PRIMER INFORME SOBRE LA
APLICACIÓN DEL DERECHO DEL MERCOSUR
POR LOS TRIBUNALES NACIONALES (2003)

PRIMEIRO RELATÓRIO SOBRE A
APLICAÇÃO DO DIREITO DO MERCOSUL
PELOS TRIBUNAIS NACIONAIS (2003)

SECRETARÍA DEL MERCOSUR
FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER
FORO PERMANENTE DE CORTES SUPREMAS
DEL MERCOSUR Y ASOCIADOS
(Editores)



SECRETARIA DEL MERCOSUR

Foro Permanente de Cortes Supremas
del MERCOSUR y Asociados



Konrad
Adenauer-
Stiftung

Programa Estado de Derecho para Sudamérica

ÍNDICE

*Primer informe sobre aplicación del derecho del MERCOSUR
por los tribunales nacionales
y sobre la aplicación del derecho nacional a través
de los mecanismos de cooperación
jurisdiccional internacional del MERCOSUR*

PRÓLOGO	11
REFERENCIAS	15
I. INTRODUCCIÓN	21
II. INFORMES	27
1. Declaración Sociolaboral del MERCOSUR	29
2. Libre circulación de mercaderías y bienes	36
A. Régimen y certificados de origen	36
B. Derechos a las exportaciones	63
C. Nomenclatura Común del MERCOSUR	66
3. Libre circulación de personas	68
A. Igualdad de trato procesal: <i>cautio iudicatum solvi</i>	68
B. Vehículo de turista comunitario	73
4. Cooperación judicial internacional	81
A. Protocolo de Santa María sobre Jurisdicción Internacional en Materia de Relaciones de Consumo	81
B. Protocolo de Medidas Cautelares	83
C. Exhortos provenientes del extranjero	85

5. Principios institucionales	87
A. Los laudos del TAHM y los jueces nacionales: aplicación del VIº Laudo del Tribunal Arbitral del MERCOSUR	87
B. Derecho del MERCOSUR	92
— Vigencia de los tratados y acuerdos firmados con Estados asociados	92
— Normas nacionales dictadas en consecuencia de normas del MERCOSUR	96
III. CONCLUSIONES	107
IV. ANEXO	111
Autoridad Central uruguaya. Informe de competencias y actividades, con especial referencia al MERCOSUR	113

**Primeiro relatório sobre a aplicação do direito do MERCOSUL
pelos tribunais nacionais
e sobre a aplicação do direito nacional por meio
dos mecanismos de cooperação
jurisdiccional internacional do MERCOSUL**

REFERÊNCIAS	119
I. INTRODUÇÃO	125
II. RELATÓRIOS	131
1. Declaração Sócio-laboral do MERCOSUL	133
2. Livre circulação de mercadorias e bens	139
A. Regime e Certificados de Origem	139
B. Direitos às exportações	166
C. Nomenclatura Comum do MERCOSUL	169
3. Livre circulação de pessoas	171
A. Igualdade de trato processual: cautio iudicatum solvi	171
B. Veículo de turista comunitário	175

4. Cooperação judicial internacional	183
A. Protocolo de Santa Maria sobre Jurisdição Internacional em Matéria de Relações de Consumo	183
B. Protocolo de Medidas Cautelares	185
C. Cartas rogatórias provenientes do exterior	187
5. Princípios institucionais	189
A) Laudos do TAHM e os juízes nacionais: aplicação do VIº Laudo do Tribunal Arbitral do MERCOSUL	189
B) Direito do MERCOSUL	194
— Vigência dos Tratados e Acordos assinados com Estados Associados	194
— Normas nacionais ditadas em consequência de normas do MERCOSUL	198
III. CONCLUSÕES	207
IV. ANEXO	211
Autoridade Central Uruguaia - Relatório de Competências e Atividades, com Especial Referência ao MERCOSUL	213